

Com - Brasil **A ciranda** **perversa**

O PROCESSO inflacionário crônico gerou como anticorpo, na economia brasileira, o vício da indexação.

ISSO, de um lado, permitiu que o sistema produtivo continuasse funcionando dentro de uma conjuntura de inflação elevada (o que seria impossível sem a indexação); mas, de outro lado, contribuiu para a retroalimentação da alta de preços, formando um círculo vicioso difícil de ser quebrado.

O VENENO infiltrou-se de tal maneira, que certos agentes econômicos e setores privilegiados da sociedade passaram a depender totalmente dele. O Governo acaba de reconhecer, por exemplo, que a maioria dos bancos federais não resistiria a uma queda brusca da inflação.

NA prática, o país tem convivido com dois tipos de moeda — uma indexada, que fica em poder do sistema financeiro, dos grupos econômicos mais fortes e dos indivíduos de mais alta renda, e a de uso manual, que se corrói a cada dia nas mãos da grande maioria da população, cujos baixos rendimentos não conseguem encontrar guarida nos sofisticados instrumentos financeiros que fazem o hedge (proteção) contra a inflação.

A INDEXAÇÃO institucionalizou-se através do que tem sido chamado de "ciranda financeira"; mas ela se tornou tão ampla, que está presente nos mecanismos da economia informal, atrelada ao dólar, a outras moedas estrangeiras e até a preços de algumas mercadorias (dependendo de quem a manuseie).

O EIXO central desse círculo perverso, que transfere renda — quando, em tese, deveria ser apenas neutro — prejudicando as classes mais humildes, está no setor público, com seu imenso déficit escamoteado pela inflação.

A "CIRANDA financeira" tem sido usada para cobrir uma parte dos rombos governamentais, que se evidenciam de diferentes formas: nos orçamentos federais, estaduais e municipais; na relação incestuosa entre Tesouro Nacional, Banco Central e Banco do Brasil; nas empresas estatais; no sistema previdenciário; na administração dos estoques das dívidas externa e interna; na assistência de liquidez aos bancos estaduais; nos subsídios e transferências a setores econômicos que não dão retorno; nos desperdícios e ineficiências etc.

AMARRADA à "ciranda financeira", a cobertura de outra parte dos rombos se faz pela deterioração dos valores do orçamento diretamente causada pela inflação. Com isso, o Governo deixa de prestar os serviços pelos quais a população como um todo vem pagando.

A SAÍDA para se desmontar essa situação doentia e crônica está em um grande esforço que atribua equilíbrio duradouro às finanças públicas, somando-se medidas de caráter administrativo a reformas conjunturais e estruturais, como as que vêm sendo propostas pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.

É PRECISO dar consciência à Nação de que, em vez de procurar culpados por essa perversão que há décadas se inseriu na estrutura econômica do país, não apenas o Governo, mas todos os setores de formação da renda nacional devem identificar-se no esforço de "contratar" não a inflação, e sim a desinflação. Tratem-se de "desestatizar" o combate à inflação, com a participação da iniciativa privada, somando-se empresários e sindicatos à tarefa do Banco Central e do sistema financeiro, os reguladores das atividades industriais e comerciais.

O MOMENTO é de cerrar fileiras em torno da política econômica, para que o famigerado déficit seja extirpado, e o Brasil consiga finalmente atingir a almejada estabilização de preços, livrando-se, em consequência, do pesadelo da indexação, que tanto serve para amortecer a doença como para alimentá-la.